

Anexo II - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes



1. Entidade Fechada de Previdência Complementar : FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL - CELPOS - Código 01211
2. Exercício : ANO 2007
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia : ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, 30 DE NOVEMBRO DE 2006
4. Plano de Benefício : PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS (CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA)
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício : Indexador - INPC Taxa de Juros - 6% a. a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado :
6.1. Renda Fixa: SANDRA MARIA ALBUQUERQUE TORREÃO
6.2. Renda Variável: SANDRA MARIA ALBUQUERQUE TORREÃO
6.3. Imóveis: SANDRA MARIA ALBUQUERQUE TORREÃO
6.4. Financiamentos: SANDRA MARIA ALBUQUERQUE TORREÃO
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EPPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.121/2003: / Item: 3.6 da Política de Investimentos

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação (inciso I, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)				9. Diversificação (inciso III, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)
	Alocação Objetivo (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Limite Legal em % (Res. 3.121/3.305)	
X.1 Renda Fixa	75,10	55,00	90,00	100,00	
X.1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	-	-	-	100,00	Titulos Públicos Federais: Letra Financeira do Tesouro (LFT): Título de emissão do Tesouro Nacional com juros pós-fixados. Sua rentabilidade é atrelada à taxa SELIC, Letra do Tesouro Nacional (LTN); Título de emissão do Tesouro Nacional com juros pré-fixados; Nota do Tesouro Nacional (NTN); Título de emissão do Tesouro Nacional com juros pós-fixados e rentabilidade atrelada a vários índices.
X.1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	-	-	-	20,00	Titulos Privados: Certificado de Depósito Bancário (CDB)/Recibo de Depósito Bancário (RDB): Emitidos por instituição financeira, têm rentabilidade variável em função principalmente da sua classificação de risco; Titulos de emissão privada não financeira: tais como debêntures e notas promissórias, têm rentabilidade variável em função principalmente da sua classificação de risco; LCIs (Letras de Crédito Imobiliário), LNs (Letras Hipotecárias), CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliário) e CCBs (Certificados de Crédito Bancário); Cédula de Produto Rural (CPR), registrada no CETIP e com garantia de instituição financeira enquadrada nos limites definidos como baixo risco de crédito; Commercial Papers; Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs).
X.1.3 Derivativos de Renda Fixa	-	-	-	80,00	DI e DDI futuros BM&F; Swaps envolvendo taxas pré-fixadas, CDI, índices de preços e taxa de câmbio, com garantia; Opções de compra e venda de juros e câmbio, sendo vedadas operações de venda de opções de compra a descoberto; Operações a termo com ações do Ibovespa.
X.2 Renda Variável	17,00	10,00	30,00	50,00	
X.2.1 Carteira de Ações em Mercado	-	-	-	50,00	A Fundação decidiu dividir a gestão de renda variável em três estratégias: Curto Prazo, Médio Prazo e Longo Prazo. Os ativos elegíveis para cada categoria são: • Curto Prazo: Ações componentes do Ibovespa e IBX; Opções sobre ativos do Ibovespa; Ibovespa Futuro.
X.2.2 Carteira de Participações	-	-	-	20,00	• Médio Prazo: Preferencialmente apenas ações componentes do Ibovespa ou do IBX; Outras ações presentes na carteira da Fundação que, apesar de estarem fora dos índices supra referenciados, estarão alocadas na carteira de Médio Prazo.
X.2.3 Carteira de RV - Outros Ativos	-	-	-	3,00	• Longo Prazo: Ações de participação.
X.2.4 Derivativos de Renda Variável	-	-	-	35,00	Como restrições gerais adicionais, há ainda: Não serão permitidas operações de day-trade. É vedada a venda de opções a descoberto; É vedada a realização de swaps sem garantia; Não será permitida alavancagem, ou seja, é vedada a realização de operações com derivativos que representem alavancagem do patrimônio ou venda a descoberto, não podendo tais operações resultar em perdas superiores aos valores investidos.
X.3 Imóveis	0,00	0,00	0,00	11,00	
X.3.1 Carteira de Desenvolvimento	-	-	-	Sujeito à 3.121/3.305	
X.3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	-	-	-	Sujeito à 3.121/3.305	
X.3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	-	-	-	Sujeito à 3.121/3.305	
X.3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	-	-	-	Sujeito à 3.121/3.305	
X.4 Empréstimos e Financiamentos	7,90	0,00	15,00	15,00	A diversificação do risco na carteira de empréstimo está estabelecida nos limites máximos de empréstimos, definidos na Norma de Concessão de Empréstimos a Participantes, aprovada pelo Conselho Deliberativo, respeitados os limites estabelecidos na Resolução CM 3.121 e no item 8 deste documento.
X.4.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	-	-	-	15,00	
X.4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	-	-	-	10,00	

10. Objetivos da gestão (inciso II, § 1º, Art. 7º da Resolução CMN nº 3.121/03) / Item: 2.3 da Política de Investimentos

A Fundação elaborará, anualmente, por meios próprios ou terceirizados; programação econômico-financeira de patrimônio, que deverá determinar os fundamentos e as hipóteses que serão utilizadas no exercício, a fim de obter-se a alocação adequada dos recursos garantidores segundo as características e necessidades de seus planos de benefícios e as possibilidades de mercado.

A programação econômico-financeira do patrimônio deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

- Cenários a serem utilizados para juros e bolsa; Macroalocação; Política de Investimento; Fluxo previdenciário previsto; Fluxo de receitas e despesas orçamentárias;
- Disponibilidade de testes com cenários macroeconômicos diversos (ALM) e Política de riscos, conforme capítulo 06 da Política de Investimentos.

11. Critérios de contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável / Item: 2.4.1 da Política de Investimentos

O processo de escolha de gestores de fundos de investimento poderá ser feito em quatro fases, sendo uma de pré-qualificação, duas quantitativas e uma qualitativa. A seguir descreve-se brevemente esse processo:

- A fase de pré-qualificação envolve a definição do agrupamento dos fundos por nível de risco e a pré-qualificação dos fundos a serem analisados com critérios definidos pela Fundação.
- A fase Quantitativa I destina-se a análise de cotas dos fundos, envolvendo questões do tipo escolha do período de análise dos fundos, definição dos indicadores utilizados para a análise de desempenho, dentre outras. O objetivo principal é classificar os fundos em categorias de risco e eleger os melhores fundos em cada categoria, com base nos indicadores adequados.

A fase Quantitativa II destina-se à análise dos ativos da carteira dos fundos. Com isto, a CELPOS avalia como os gestores melhores classificados na fase anterior atingiram seus resultados. Serão avaliados: volume de crédito em carteira, nível de alavancagem e outros aspectos que serão confrontados com a filosofia de investimentos das Fundações.

- Por último, a Fase Qualitativa consistirá do envio de um questionário que permita avaliar aspectos importantes na condução dos fundos de investimento, e a qualidade dos relatórios de avaliação de ativos e de mercado. Os gestores de fundos considerados satisfatórios nas duas etapas quantitativas serão submetidos a essa análise qualitativa.

Concluído o processo, a CELPOS avaliará as taxas de administração e performance cobradas pelos gestores, as quais deverão ser compatíveis com os valores cobrados pelos gestores que prestam serviço a CELPOS.

12. Responsável, Local e Data

RECIFE, 30 DE NOVEMBRO DE 2006

Sandra Maria Albuquerque Torreão

Presidente